

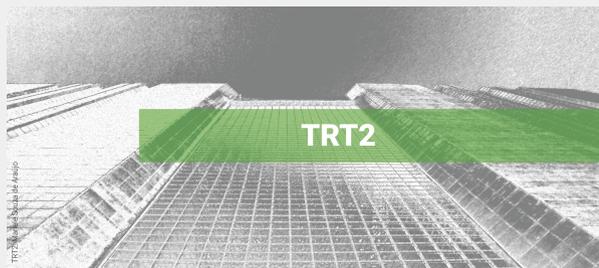
INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana



N. 26

Período: 1º a 5 jul. 2024



Ato n. 38/GP, de 3 de julho de 2024

Institui a Comissão de Monitoramento e Fiscalização de decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Provimento n. 5/CR, de 3 de julho de 2024

Revoga o Provimento n. 4/CR, de 11 de Junho de 2024, que trata da criação da Divisão de Gestão de Dados Judiciários do 1º Grau, vinculada à Secretaria da Corregedoria Regional, na forma que especifica.

Portaria n. 27/GP, de 3 de julho de 2024

Nomeia os(as) integrantes da Comissão de Monitoramento e Fiscalização de decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Edital n. 4/CR, de 26 de junho de 2024

Comunica que a Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região fará a transferência, para a conta bancária aberta para esse específico fim, dos valores ínfimos (entre R\$ 0,01 e R\$ 150,00) localizados em contas da Caixa Econômica Federal/Banco do Brasil dos processos arquivados definitivamente até 14 de fevereiro de 2019 constantes no documento em anexo. Prazo de 10 (dez) dias para, querendo, apresentar impugnação.

Edital de chamada para submissão de artigos científicos e de decisões judiciais n. 2, de 19 de junho de 2024

Comunica a abertura de prazo para submissão de artigos científicos e de decisões judiciais para publicação na edição n. 33 da Revista do Tribunal do Trabalho da 2. Região.

Órgãos de interesse

TST

Ato n. 7/GCGJT, de 28 de junho de 2024

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Poder Executivo

Decreto n. 12.090, de 3 de julho de 2024

Substitui integrantes do Grupo Permanente de Assessoramento à Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho em matéria relacionada a precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs).

Edital de 28 de junho de 2024: Inscrições para os(as) interessados(as) em concorrer aos cargos de Conselheiro(a) titular e suplente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho
Comunica aos Juízes e às Juízas Vitalícios(as) e Titulares de Vara do Trabalho, que, no período de 15 de julho a 15 de agosto de 2024, estarão abertas as inscrições para os(as) interessados(as) em concorrer aos cargos de Conselheiro(a) titular e suplente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, nos termos do artigo 3º, inciso V, da Lei n. 14.824, de 20 de março de 2024.

Ato n. 351/SEGJUD.GP, de 2 de julho de 2024
Divulga a composição do Tribunal Superior do Trabalho e de seus Órgãos Judicantes.

CSJT

Ato Conjunto n. 43/ TST.CSJT.GP, de 28 de junho de 2024

Portaria n. 4.444/SGD.MGI, de 27 de junho de 2024
Estabelece diretrizes para a comunicação personalizada em canais digitais pessoais, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e cria o Comitê Gestor da Comunicação Personalizada.

Resolução n. 1/ SEGES.CICS.MGI, de 2 de julho de 2024
Define os produtos manufaturados que serão objeto de margem de preferência normal nas licitações realizadas no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Portaria n. 4.721/SRT.MGI, de 4 de julho de 2024
Estabelece regras de prioridade para o pagamento de vantagens concedidas administrativamente classificadas como despesas de exercícios anteriores relativos a pessoal, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec.

Ministério do Trabalho e Emprego

Portaria n. 1.065/MTE, de 1º de julho de 2024
Aprova a nova redação da

Altera o Decreto n. 11.722, de 28 de setembro de 2023, que dispõe sobre o Concurso Público Nacional Unificado e institui seus órgãos de governança.

Decreto n. 12.091, de 3 de julho de 2024
Institui a Rede Federal de Mediação e Negociação – Resolve.

Decreto n. 12.093, de 3 de julho de 2024
Altera o Decreto n. 1.590, de 10 de agosto de 1995, que dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da administração pública federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais.

Medida Provisória n. 1.238, de 3 de julho de 2024
Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário, no valor de R\$ 1.348.356.276,00, para os fins que especifica.

Poder Legislativo

Lei n. 14.905, de 28 de junho de 2024
Altera a Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre atualização monetária e juros.

Lei n. 14.913, de 3 de julho de 2024
Altera a Lei n. 11.788, de 25

Altera o Ato Conjunto n. 52/ TST. CSJT. GP, de 29 de agosto de 2023, que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio e de Todas as Formas de Discriminação no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Edital n. 7/CSJT, de 28 de junho de 2024 - II Procedimento Unificado de Remoção de Magistrados(as) entre Tribunais Regionais do Trabalho
Retifica o Edital n. 1/CSJT, de 5 de junho de 2024, referente à abertura do II Procedimento Unificado de Remoção de Magistrados(as) entre Tribunais Regionais do Trabalho.

CNJ

Regulamento/CNJ, de 2024
Regulamenta o Prêmio de Inovação do Poder Judiciário, ano 2024.

Conselho Federal de Enfermagem

Resolução n. 757/COFEN, de 3 de julho de 2024
Incorpora na Resolução n. 556/COFEN, de 23 de agosto de 2017, na forma de anexo, o Formulário de Atendimento do Enfermeiro Forense às pessoas em

Norma Regulamentadora n. 36 (NR-36) - Segurança e Saúde no Trabalho nas Organizações de Abate e Processamento de Carnes e Derivados.

Ministério da Previdência Social

Portaria Conjunta n. 19/ MPS.INSS, de 27 de junho de 2024
Altera a alínea "b" do inciso II do §1º do art. 2º da Portaria Conjunta n. 38/ MPS.INSS, de 20 de julho de 2023, que disciplina as condições de dispensa da emissão de parecer conclusivo da Perícia Médica Federal quanto à incapacidade laboral e a concessão do benefício por meio de análise documental pelo Instituto Nacional do Seguro Social, de que trata o §14 do art. 60 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991.

ENAMAT

Ato n. 98/ENAMAT, de 1º de julho de 2024
Atualiza e fixa as competências das unidades da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat).

de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para disciplinar o intercâmbio internacional.

Advocacia-Geral da União

Orientação Normativa n. 85/ AGU, de 3 de julho de 2024
Dispõe sobre a divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) nas contratações diretas.

Portaria n. 233/AGU, de 3 de julho de 2024
Altera a Orientação Normativa n. 40/AGU, de 26 de fevereiro de 2014, editada pela Portaria n. 57/ AGU, de 26 de fevereiro de 2014.

Portaria n. 234/AGU, de 3 de julho de 2024
Altera a Orientação Normativa n. 48/AGU, de 25 de abril de 2014, editada pela Portaria n. 124/AGU, de 25 de abril de 2014.

Portaria n. 235/AGU, de 3 de julho de 2024
Altera a Orientação Normativa n. 49/AGU, de 25 de abril de 2014, editada pela Portaria n. 124/AGU, de 25 de abril de 2014.

situação de violência sexual
e outras, e dá providências.

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Rua da Consolação, 1272 – 5º andar
CEP 01302-906 - São Paulo - SP - Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal